

Sumário

Introdução.....	1
1. A Construção Histórico-Social da Inferioridade das Mulheres	5
1.1 A mística cristã	7
1.2 A Idade Média e a “Era das bruxas”	14
1.3 A literatura médica e o discurso da psicanálise.....	19
1.4 A perspectiva filosófica.....	36
1.5 O período pós-revoluções liberais	48
2. A Construção Histórico-Social da Inferioridade das Mulheres no Brasil.	63
2.1 Da Colônia à República	66
3. O Direito como Produto Cultural do seu Tempo.....	79
3.1 Ordenamento jurídico – panorama ocidental	80
3.2 Ordenamento jurídico – panorama brasileiro.....	91
3.2.1 Ordenações Afonsinas	91
3.2.2 Ordenações Manuelinas e Código de Dom Sebastião	93
3.2.3 Ordenações Filipinas.....	94
3.2.4 Código Criminal do Império – 1830	101
3.2.5 Código Penal da República – 1890.....	106
3.2.6 Consolidação das Leis Penais – 1932.....	113
3.2.7 Código Penal – 1940	114
3.2.8 Diplomas civis: breves considerações	123
4. Novos Fatos e Valores	127
4.1 O paradigma da dignidade humana	132
4.2 A contribuição do movimento feminista.....	141

4.3 A contribuição do movimento feminista no Brasil.....	153
4.4 As categorias gênero e patriarcado.....	167
5. A Demanda por Instrumentos de Proteção	189
5.1 Nível internacional – instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos das mulheres	189
5.1.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979 — CEDAW	197
5.1.2 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 — Convenção de Belém do Pará	203
5.1.3 Conferência Internacional sobre População em Desenvolvimento de 1994 — Programa de Ação do Cairo e Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995 — Declaração e Plataforma de Ação de Beijing	207
5.2 Nível constitucional	211
5.2.1 A Constituição Federal de 1988 e o paradigma da dignidade humana.....	211
5.2.2 Igualdade e discriminação positiva na Constituição de 1988...	217
5.2.3 A mulher na Constituição de 1988	227
5.3 Nível infraconstitucional.....	229
5.3.1 Alterações no Código de 1940 – A Lei n.º 10.224/2001 e a figura do assédio sexual.....	229
5.3.2 A Lei n.º 11.106/2005 e a Lei n.º 12.015/2009: mudança de paradigma dos crimes sexuais	232
5.3.3 A Lei n.º 13.718/2018: as figuras da importunação sexual e da divulgação de cena de estupro, sexo, nudéz ou pornografia sem o consentimento da vítima	252
5.3.4 A Lei n.º 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	256
5.3.5 A Lei n.º 13.104/2015 – Lei do Feminicídio	278

6. Diretrizes para uma Proteção Eficiente	295
6.1 A noção de ciência penal total.....	302
6.2 Criminologia feminista (ou perspectiva feminista em criminologia)	310
6.3 Outras diretrizes para uma proteção eficiente.....	321
7. Considerações Finais	333
Referências	341